

Pérolas no esterco: tatuagem, imprensa, polícia e ciência em crônicas de Machado de Assis

Ana Paula Cardozo de Souza
a.p.cardozo.de.souza@hum.leidenuniv.nl
Ph.D. Candidate Leiden University/NL

Resumo: Em sua série de crônicas "A Semana", Machado de Assis tratou diversas vezes das notícias policiais publicadas nos periódicos fluminenses. A atenção dada pela imprensa a esses eventos e, sobretudo, o uso que ela fazia das informações coletadas, expondo a vida íntima de anônimos em suas páginas, foram alvo da pena do escritor. Ao abordar a crônica de 28 de julho de 1895 de Machado de Assis a respeito de um crime ocorrido na capital do país, este artigo pretende discutir o posicionamento do autor diante da conduta jornalística e como critérios técnico-científicos permeavam diversos setores da sociedade brasileira do final do século XIX, que associavam as classes baixas a "classes perigosas" e ignorantes. Identificando os diálogos entre textos distintos publicados na imprensa carioca do final do século XIX, o objetivo é apontar para a independência de que o literato gozava na feitura de suas crônicas, tanta que permitia a crítica à imprensa feita de maneira interna, divergindo, desta forma, dos outros textos e da opinião e práticas da própria *Gazeta de Notícias*, jornal para o qual escrevia.

Palavras-chave: História, Crônica e Ciência.

Pearls in the manure:

tattoo, press, police and science in Machado de Assis's crônicas

Abstract: In his series of chronicles "A Semana", Machado de Assis wrote several times about the police news published in the newspapers of Rio de Janeiro. Of particular interest to him were the attention given to those events by the press and, more importantly, how the information collected was used and the intimate lives of anonymous people was exposed. Through the analysis of a chronicle by Machado de Assis from 28th July 1895 about a crime in the Brazilian capital, this article intends to discuss the author's attitude towards the conduct of the press and how the technical and scientific criteria were deeply ingrained in many sectors of the Brazilian society of the end of the 19th century, leading to an association of the lower classes with "dangerous, ignorant classes". By identifying the dialogs between different texts published by carioca press at the time, the goal is to point out the independence that the writer enjoyed in the making of his crônicas, which allowed him to criticize the very own media he was writing for.

Keywords: History, Crônica, and Science.

No dia 24 de abril de 1892, Machado de Assis estreava “A Semana” na *Gazeta de Notícias*. Seria a quinta e derradeira série de crônicas escritas para este periódico, para o qual vinha colaborando de maneira regular desde a década de 1880. A coluna começada nessa data se configuraria ainda na mais longa das séries machadianas e encerraria seu trabalho enquanto cronista regular na imprensa. Ao todo foram 248 textos, publicados semanalmente, ao longo de cinco anos, na primeira página do exemplar de domingo da *Gazeta* – um lugar de honra e destaque.

Nesses textos, a visão que o narrador ficcional tem dos fatos do presente, o qual, em tese, constitui a maior parte do material do ofício do cronista, não se desatrela do passado. Muito pelo contrário, recorre a ele para interpretar, de maneira propositadamente torta, lenta, esquiva e fingidora, os acontecimentos que o cercam e que urgem por comentários. Esse falso desvio, marca daqueles escritos, demonstra o desprezo pelo que é tido como novidade, entendida à época como sinônimo de melhoria, mas vista na série como máscara para antigas mazelas que mudanças superficiais tentam esconder. O desajuste do narrador, que tem como uma das principais características a suposta incompreensão diante das mudanças daquele fim de século¹, recorda a situação de outros desajustados na tentativa de modernização da cidade, posta em prática sem a resolução de questões básicas, como moradia e saneamento, e por meio de instituições que nem de longe acompanham o ritmo pretendido, sendo o exemplo mais notório a violenta e arbitrária polícia fluminense.

Por meio da análise dos textos em seu veículo original, é possível tecer considerações sobre o posicionamento da imprensa frente às administrações públicas, cada vez mais guiadas por critérios técnico-científicos, bem como o quão entranhadas no cotidiano dos habitantes do Rio de Janeiro estavam tais premissas. Tudo isso, pelos olhos argutos do laureado escritor.

Ciência em “A Semana”

Àquela altura, Machado trazia à roda a discussão do uso da ciência, ou de pseudociências que eram colocadas sob tal título, para a justificação de interesses particulares

¹ Esta e outras características do narrador são discutidas com mais detalhes em: SOUZA, Ana Paula Cardozo de. *Machado de Assis e a República de “A Semana”*: literatura, imprensa e práticas populares (1892-1897). Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 2015.

que interferiam na vida da população brasileira, ou mesmo a regiam. As teorias, vindas, sobretudo, da Europa, eram tomadas como lei naquele contexto que valorizava e almejava o moderno. O narrador de “A Semana” colocava-se na contramão desses entusiastas, dentre os quais figurava a própria *Gazeta de Notícias*, empenhada em divulgar as novidades científicas que faziam sucesso no exterior.

A título de exemplo, pode-se mencionar uma crônica de abril de 1893. Ao comentar o eclipse do sol que ocorreria naquele dia, anunciado com muita antecedência por astrônomos, o cronista dava conta da chateação causada pelo advento das explicações científicas, que arrasavam tradições, superstições e fés. Uma casta enorme de fenômenos era perfeitamente descrita, com a hora exata de ocorrência, e ninguém mais precisava aguardar para descobrir como eram. Uma vez que o incerto era o “sal do espírito”, assim se ia o “melhor da vida”. Bons eram os tempos em que os eclipses, assim como os cometas, não andavam em almanaques e queriam dizer alguma coisa:

Tudo acabou. Eclipses, cometas, sonhos, entranhas de vítimas, número treze, pé esquerdo, quantos capítulos rasgaram à alma humana, para substituí-los por outros, exatos e verdadeiros, mas profundamente insípidos. Quando Javé tomou conta do Olimpo, os homens tinham um resto dos antigos medos, e porventura criaram outros; mas o tempo os foi roendo. Pode ser que ainda agora haja algum, em vilas interiores, como as modas do ano passado; mas são restos de restos. O cálculo substituiu a novidade, o anúncio matou o espanto.²

Aos olhos do narrador, o cientificismo tirava a graça das coisas e acabava com fenômenos que antes eram vistos como espetáculos. Essa é a mesma ideia que está presente em crônica do mês seguinte, na qual asseverava que tudo se desmentia neste mundo, e o século acabava “com os pés na cabeça”. Exemplificava dizendo que o verão anterior deixara saudades, por seus dias frescos e seu obituário pobre. O atual era justamente o contrário. E isso não era tudo: “A própria ciência parece não saber a quantas anda. Tempo há de vir em que o xarope de Cambará não cure, e talvez mate. Já agora são os bondes que empurram as bestas; esperemos que os passageiros os não puxem um dia.”³

Na sequência, relembrava os findos tempos em que era alegre, numa declaração que demonstra o descontentamento do narrador com o presente e a crença de que no passado a

² ASSIS, Machado de. “A Semana - 16 de abril de 1893”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 16 de abril de 1893, p. 1.

³ ASSIS, Machado de. “A Semana - 21 de maio de 1893”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 de maio de 1893, p. 1.

vida era melhor – ideia, aliás, muito comum na série. A opinião do semanista desmerecia o avanço da ciência que explicava tudo de forma racional, arrancando a graça dos mistérios cotidianos. Esse pensamento está no extremo oposto do que defendia a *Gazeta de Notícias*, que se colocava, em geral, ao lado das ações municipais para higienizar e modernizar o Rio de Janeiro, publicando artigos elogiosos à destruição de cortiços e à proibição do comércio de rua, por exemplo.

Como postula Sidney Chalhoub, durante as primeiras administrações republicanas havia dois pontos fundamentais nas formas de lidar com a diversidade urbana: as classes pobres vistas como sinônimo de *classes perigosas* e a ideia de que a cidade somente poderia ser administrada de acordo com critérios técnicos e científicos⁴. Esses imperativos não permitiam negociar com os cidadãos, “essa massa de ignorantes portadores de todos os vícios”, que ficavam à mercê da “experiência científica em nome da presunçosa sabedoria oficial”⁵.

Machado sinalizava, por meio de seu narrador, a linha – tênue, talvez – que separava o conhecimento popular, tido como ignorância, mas que dava graça e um aspecto sublime aos eventos, do conhecimento dito científico dos doutores que lhe eram coevos. De lambuja, criticava as narrativas, jornalísticas, médicas e policiais, que tentavam mas não pareciam dar conta da rica e variada cultura popular que se manifestava por meio de seus representantes anônimos. No caso a seguir, fica ilustrada também a independência de que o literato desfrutava dentro da *Gazeta de Notícias*, que fazia com que ele tecesse críticas discretas, mas duras acerca das narrativas jornalísticas e policiais que, dominadas pelos termos médico-científicos, inundavam a imprensa carioca.

Um estudo de caso

A crônica de 28 de julho de 1895, mote principal deste artigo, é um exemplo notório do uso dos argumentos científicos para a ingerência sobre a vida da população fluminense, e desdobra vários elementos de análise. O narrador diz:

Raramente leio as notícias policiais, e não sei se faço bem. São monótonas, vulgares, a língua não é boa; em compensação, podem achar-se pérolas nesse esterco. Foi o

⁴ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 19-20.

⁵ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 58.

que me sucedeu esta semana, deixando cair os olhos na notícia do assassinato de João Ferreira da Silva. Não foi o nome da vítima que me prendeu a atenção, nem o do suposto assassino, nem as demais circunstâncias citadas no depoimento das testemunhas, as serenatas de viola, o botequim, a bisca e outras. Uma das testemunhas, por exemplo, fala do clube dos Girondinos, que eu não conhecia, mas ao qual digo que, se não tem por fim perder as cabeças dos sócios, melhor é mudar de nome. Sei que a história não se repete. A Revolução Francesa e *Otelo* estão feitos; nada impede que esta ou aquela cena seja tirada para outras peças, e assim se cometem, literariamente falando, os plágios.⁶

De maneira bem-humorada, o cronista criticava o modo como eram tratadas as notícias policiais na imprensa do Rio de Janeiro. Para ele, a sensaboria e a vulgaridade prevaleciam naquele mar de notas escritas para, aparentemente, preencher o espaço do jornal mais do que informar. Se o narrador não acusa, também não exime de culpa a própria *Gazeta de Notícias*, que, a bem da verdade, não diferia dos outros periódicos ao tratar das novidades saídas da Repartição de Polícia⁷. Estas eram quase sempre acompanhadas por algum juízo de valor sobre o caso em questão, ou ainda por algum trocadilho, muitas vezes infame, revelando que os redatores e, decerto, parte do público leitor encontrariam alguma graça em tais casos. Todavia, quando o crime causava maior alvoroço entre a opinião pública, a folha dedicava-lhe várias colunas, com informações recolhidas nos dias subsequentes ao acontecido. Era nessa última categoria que se encaixava o assassinato de João Ferreira da Silva.

Seis dias antes da crônica de “A Semana”, a *Gazeta* publicara uma longa notícia sob o título “Assassinato”:

Às 2 e ½ horas da madrugada de ontem, um indivíduo, que corria da rua da Relação em direção à repartição da polícia, caiu morto junto à porta principal do edifício, apresentando no peito um profundo ferimento.

Ato contínuo um outro indivíduo, que também se achava ferido no rosto, parou junto ao cadáver procurando certificar-se se o indivíduo que ali se achava caído estava com vida.

Tornando-se o referido indivíduo suspeito, foi imediatamente preso e apresentado ao Sr. Dr. Carijó, 1º delegado auxiliar.

A referida autoridade, depois de providenciar sobre a remoção do cadáver para o necrotério, interrogou o indivíduo que fora detido, que declarou simplesmente

⁶ ASSIS, Machado de. “A Semana - 28 de julho de 1895”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 de julho de 1895, p. 1. Grifos meus.

⁷ Machado de Assis não seria o primeiro escritor da *Gazeta de Notícias* a criticar o padrão das notas policiais. Em longa coluna publicada no dia 17 de fevereiro de 1894, Olavo Bilac critica veementemente a prática do que considera um “abuso de imprensa” que, embora conceituado como um crime pelo autor, era tão comum na prática jornalística cotidiana que adquirira as regalias do uso, ou seja, ninguém reparava nele. O abuso: “Quase não há dia em que os jornais não insiram uma notícia como esta: ‘Foi preso ontem o menor Fulano (e vem o nome por extenso), por ter subtraído a quantia de... da gaveta do Sr. Sicrano, cujo empregado era.’” Cf. BILAC, Olavo. “Chronica Livre”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1894, p. 1.

chamar-se Luiz Torres Nogueira, não sabendo explicar o nome do falecido, o lugar do crime e nem mesmo a origem do ferimento que ele apresentava no rosto. Tratando-se de um crime misterioso, no qual parece ter Nogueira tomado parte, a autoridade policial mandou recolhe-lo ao xadrez, a fim de o submeter a rigoroso interrogatório⁸.

Tendo em vista que o narrador principia a crônica comentando a “pérola” encontrada entre o esterco das notas policiais, há de se convir que ela não primava pelo estilo. Uma das hipóteses para tal é que a notícia tenha saído a toque de caixa, na urgência imperiosa da imprensa. A outra, que considero mais provável, é que esse tipo de texto tenha sido muito influenciado pelos próprios relatórios da polícia. O que reforça essa ideia é a presença desse tipo de narrativa em outros diários no mesmo período, não se tratando de um cacoete de escrivão policial daquele jornalista específico. Ademais, embora as hipóteses não sejam excludentes, isto é, talvez a pressa justificasse o uso plagiário da versão oficial, é inegável que havia a influência dos relatórios no emprego de termos técnicos.

Fica clara ainda a tentativa do repórter de enfatizar a suposta energia com que o Dr. Pedro Augusto de Moura Carijó tratava o caso. Este delegado, tido como intrépido, era figura recorrente nas páginas da *Gazeta*, em especial por liderar, na época, o cerco de repressão ao jogo do bicho. O procedimento adotado nessa feita, aliás, era o mais frequente: na dúvida sobre a culpa, a combinação “xadrez e rigoroso interrogatório”, seguida da promessa de um “rigoroso inquérito”, fórmula pronta para esse tipo de situação⁹.

Ao longo dos dias, novos detalhes eram inseridos nas reportagens sobre o crime. Verificara-se que o ferimento se dera a poucos passos da Repartição da Polícia. Além disso, a vítima era ex-corneta da brigada policial, de onde tivera baixa três meses antes¹⁰. Decerto esta ligação estreita entre a vítima e a polícia dava novas tintas à investigação do caso que, somadas ao tal mistério que o circundava, aumentava a pressa em encontrar o(s) culpado(s). Junta-se a isso o fato, já comentado, de o crime ter se dado a poucos metros da Repartição Central, o que reforçaria os argumentos dos que opinassem pela incompetência policial.

⁸ “Assassinato”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 de julho de 1895, p. 1.

⁹ Machado de Assis deve ter experimentado o que era o “rigoroso inquérito” policial pelos idos da década de 1890. Na *Gazeta de Notícias* de 10 de junho de 1893 aparecera a seguinte nota: “Joaquim Machado de Assis, morador à rua do Cosme Velho n.18, queixou-se ao delegado da 13ª circunscrição policial de que desaparecera de sua casa um criado de nome Augusto Pereira da Silva, que subtraiu-lhe uma porção de joias com brilhantes.” *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 10 de julho de 1893, p. 1.

¹⁰ “Assassinato”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 de julho de 1895, p. 1.

O autor da notícia incrementava a narrativa com os detalhes da autópsia realizada no assassinado, que apresentava: “além de duas feridas contusas no frontal e face esquerda, uma outra penetrante no tórax, tendo interessado o pericárdio e o coração em toda a extensão do ápice à base, achando-se fraturada a sexta costela”¹¹. O leitor regular da *Gazeta de Notícias*, se não estava completamente familiarizado com tais termos técnicos, ao menos não ficava surpreendido com a frequência com que apareciam no periódico. Retoma-se aqui a hipótese de que a utilização de termos típicos dos relatórios da polícia nas notícias da *Gazeta* era proposital. É possível dizer que, para os homens de imprensa do XIX, a aproximação com os saberes técnico-científicos fosse, inclusive, almejada. Além disso, uma parcela dos leitores, ao menos, deveria estar ávida por esse tipo de pormenor¹². Na própria “A Semana” há a menção aos autos de autópsias publicados pela imprensa e o interesse que despertavam. Em 1896, ao comentar a necropsia de uma atriz, o narrador diz:

O que também se compreende, é que a exumação e a autópsia se hajam feito, conforme li nos jornais, diante de grande número de curiosos. Essa espécie de curiosidade não é menos legítima nem menos nobre que outras muitas. Nada mais comum que ver um cadáver em caixão aberto ou na rua. (...) Também se podem ver cadáveres no necrotério e rara é a pessoa que ali passa, a pé, de carro ou de bonde, que não deite os olhos para o mármore, a ver se há algum corpo em cima. Exumações e autópsias é que não são comuns, mormente de pessoas conhecidas; e se estas são atrizes, cresce naturalmente o gosto do espetáculo.¹³

A dramaticidade em torno do assassinato do ex-corneta vinha também na exposição dos pormenores da vida particular da vítima: ele era casado, pai de dois filhos menores e residia em uma estalagem. A viúva, Maria Virgínia da Costa, informava que o marido “era homem pacato, de bons costumes” e trabalhava como servente de pedreiro. Não fora visto desde que entrara em um botequim, “ponto de reunião de indivíduos suspeitos”. Ora, se verdadeira, a declaração era um tanto contraditória, já que se poderia perguntar o que um homem pacato, trabalhador e de bons costumes fazia em um ponto de encontro de

¹¹ “Assassinato”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 de julho de 1895, p. 1.

¹² Ana Gomes Porto trata da atração que as histórias de crime, algumas delas inspiradas por acontecimentos reais, exerciam na época. De acordo com a autora, entre as décadas de 1870 e 1920 é possível definir um gênero de literatura de crime, sem considerar as especificidades do “romance policial” ou de “aventuras”. PORTO, Ana Gomes. *Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil (1870-1920)*. Tese de Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 2009.

¹³ ASSIS, Machado de. “A Semana - 30 de agosto de 1896”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1896, p. 1. Grifos meus.

“indivíduos suspeitos”. Contudo, é bem provável que a adjetivação do botequim nem tenha partido de Maria Virgínia, pois tem certo sestro de escrivão.

De volta à crônica, o narrador deixa de fazer digressões e toca logo ao assunto, explicando o interesse que o caso lhe despertava:

Vamos, porém, ao assassinato da Rua da Relação. O que me atraiu nesse crime foi a força do amor, não por ser o motivo da discórdia e do ato, — há muito quem mate e morra por mulheres — mas por apresentar na pessoa de Manuel de Sousa, o suposto assassino, um modelo particular de paixões contrárias e múltiplas. Foram as tatuagens do corpo do homem que me deslumbraram.

As tatuagens são todas ou quase todas amorosas. Braços e peito estão marcados de nomes de mulheres e de símbolos de amor. Lá estão as iniciais de uma Isaura Maria da Conceição, as de Sara Esaltina dos Santos, as de Maria da Silva Fidalga, as de Joaquina Rosa da Conceição. Lá estão as figuras de um homem e de uma mulher em colóquio amoroso; lá estão dois corações, um atravessado por uma seta, outro por dois punhais em cruz...

*Quando os médicos examinaram este homem fizeram-no com Lombroso na mão, e acharam nele os sinais que o célebre italiano dá para se conhecer um criminoso nato; daí a veemente suposição de ser ele o assassino de João Ferreira. Eu, para completar o juízo científico, mandaria ao mestre Lombroso cópia das tatuagens, pedindo-lhe que dissesse se um homem tão dado a amores, que os escrevia em si mesmo, pode ser verdadeiramente criminoso.*¹⁴

Seguindo a lógica das afirmações do próprio cronista, ou seja, de que o “esterco” era por ele evitado por ser considerado má literatura, a pérola da vez o teria fascinado, uma vez que ele escavava fundo atrás de detalhes sobre o crime. Para o narrador, havia um lado romântico no caso, o que o levava a questionar se um homem tão dado a amores poderia ser considerado um delinquente. Essa perspectiva humanizava o indivíduo que era tomado como mero objeto de estudo científico nos relatórios de polícia e na imprensa.

Embora explorasse o detalhe que chamava atenção nas outras narrativas, ou seja, as tatuagens, brincava ainda com os saberes de Lombroso, propondo-se a corrigir ou complementar as teorias do italiano. Machado, fora o estupor que o caso como um todo causava, deve ter achado certa graça no procedimento de seu colega da *Gazeta* e, sobretudo, nos absurdos dos doutores de medicina, que serão abordados a seguir, tanto que os considera dignos de figurar entre os comentários semanais de seu narrador. Note-se ainda que algumas das minudências não estavam na *Gazeta de Notícias*, reforçando o pressuposto de que o autor

¹⁴ ASSIS, Machado de. “A Semana - 28 de julho de 1895”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1895, p. 1. Grifos meus.

se utilizava de diversos periódicos durante a confecção de seu texto e enfatizando o interesse que o caso despertara¹⁵.

No dia seguinte à primeira notícia sobre o homicídio, a folha retoma a descrição de seus pormenores, sem apresentar ainda o suspeito de tão medonho crime. Alguns indivíduos que estiveram no botequim tinham sido presos para prestarem esclarecimentos e um deles atraía o olhar das autoridades. Começa então a narrativa que talvez tenha despertado a atenção do cronista de “A Semana”. O parecer dos médicos da polícia, embora longo, não é desprovido de interesse:

Segundo trata C. Lombroso em seu livro intitulado *L’Uomo Delinquente*, publicamos em seguida as tatuagens verificadas no corpo de Manuel de Souza e Silva pelos Drs. Moraes Brito e Cunha Cruz.

Manuel de Souza e Silva, de cor branca, com 21 anos de idade, português, solteiro, morador à rua do Rezende n. 109.

Apresenta uma ferida incisa na região tenar, dois centímetros de extensão, dirigida de cima para baixo, de dentro para fora, na mão esquerda; apresenta, entre outras, as seguintes tatuagens: um crucifixo na face anterior do braço esquerdo; um signo de Salomão, na face externa do mesmo braço; as iniciais I. M. C. (Isaura Maria da Conceição) isto no dorso da mão do mesmo lado; no dorso da mão direita um signo de Salomão; na face anterior do antebraço, do mesmo lado um coração, com ápice para baixo, atravessado por uma seta, e um punhal em cruz; na área representada pelo coração, as iniciais M. S. S. (Manuel de Souza e Silva); por baixo dessas iniciais, e na mesma área, as iniciais S. E. S. (Sara Escaldina dos Santos); por sobre o coração, na mesma face do braço, uma estrela; sobre a estrela, uma fita com as iniciais M. S. F. (Maria da Silva Fidalga); por sobre a fita as iniciais M. J. R. C. (Maria Joaquina Rosa da Conceição); no peito, na região precordial, um coração atravessado por dois punhais em cruz. Uma figura de mulher e outra de homem, em colóquio amoroso, na face anterior do braço direito.¹⁶

Sobre Manuel ainda não recaía nenhuma acusação formal. Contudo, é notório que a listagem de suas várias tatuagens despertava a curiosidade da imprensa e, principalmente, dos médicos da polícia. Se estes, de maneira declarada, faziam a análise com Lombroso à mão, por certo o tratavam não só como suspeito do crime em questão, mas sim como um *criminoso nato*, o que, aliás, seria salientado pelo cronista dias depois.

Em seu livro, tomado pelos doutores da polícia como um manual, Cesare Lombroso dedicava todo o segundo capítulo às tatuagens, entendidas como uma característica

¹⁵ Como aponta John Gledson, Machado se utiliza de notas de outros sete periódicos na feitura de “A Semana”. São eles: *Jornal do Commercio*; *O Paiz*; *O Tempo*; *Diário de Notícias*; *Jornal do Brasil*; *A Cidade do Rio* e *Rio News*. Cf. GLEDSON, John. “Introdução” in: ASSIS, Machado de. *A Semana: crônicas (1892-1893)*. Edição, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 29.

¹⁶ “Assassinato”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 23 de julho de 1895, p. 1.

psicológica, difundidas somente entre as “ínfimas classes sociais; camponeses, marinheiros, operários, pastores, soldados, e mais ainda entre os delinquentes”¹⁷. Afirmava que as tatuagens eram “traços eternos das ideias e das paixões predominantes no homem do povo.” As de amor: “São o nome ou as iniciais da mulher amada, escritos em letras maiúsculas; ou a época do primeiro amor; ou um ou mais corações trespassados por uma flecha; ou duas mãos que se apertam.”¹⁸. De acordo com o historiador Pierre Darmon, as proposições de Lombroso, descobrindo no homem criminoso um ser meio-animal, marcado por estigmas atávicos e propensões sanguíneas, teriam causado um frenesi na Europa a partir de 1876, ano do lançamento da primeira edição de *L’Uomo Delinquente*. Entretanto, em 1895, suas ideias estavam em decadência naquele continente, abaladas pelo surgimento de teorias de caráter antropológico ou sociológico. Ao mesmo tempo, os países latino-americanos se tornam “verdadeiros eldorados” da escola positivista, como era conhecido o grupo de criminologistas italianos defensores dos princípios lombrosianos¹⁹.

O fato de Manuel de Souza e Silva, conhecido como *Nenê*, ser considerado um “criminoso nato” ficaria ainda mais evidente com a publicação das novidades sobre o caso. Mesmo com a ressalva de que o inquérito corria em segredo de justiça porque ainda não havia sido preso o principal criminoso, o Sr. Dr. Souza Lima, lente da Academia de Medicina do Rio de Janeiro, requisitou ao delegado Carijó a presença do detido. O pedido foi de pronto atendido e Manuel apresentado em uma aula de medicina legal como “*um dos indivíduos que deviam estar sempre sob as vistas da polícia*”, já que suas tatuagens eram “uma cópia fiel” das descritas no livro de Lombroso. Acrescentava que os legistas, ao chamarem a atenção para os desenhos, “*havia prestado um bom serviço à ciência e à causa pública*”²⁰.

A condenação era, portanto, antecipada e pública: Manuel de Souza e Silva era criminoso e isto não estava em discussão – era o próprio Lombroso quem afirmava. É provável que para muitos leitores que seguiam as argumentações policiais e jornalísticas, que quase se confundiam, o caso a esta altura já estivesse praticamente desvendado, haja vista a suposta culpa que o suspeito trazia marcada no próprio corpo. Além disso, os doutores deixavam claro

¹⁷ LOMBROSO, Cesare. *O Homem Delinquente*. Trad. Sebastião J. Roque. São Paulo: Ícone Editora, 2007, p. 30.

¹⁸ Idem.

¹⁹ DARMON, Pierre. *Médicos e Assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime*. Trad. Regina G. de Agostino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 10.

²⁰ “Assassinato”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 de julho de 1895, p. 1. Grifos meus.

que se o tatuado não tivesse implicação no assassinato de João Ferreira da Silva, por certo teria em algum outro crime.

O *Diário de Notícias* também explora o acontecimento, usando de doses de certo sensacionalismo. Por tal, acaba por fornecer mais detalhes sobre o caso, inclusive sobre a famigerada aula do Dr. Souza Lima, que, de acordo com o jornal, ocupava “proeminente lugar entre as nossas notabilidades médicas”, e sobre Manuel de Souza e Silva, ainda tratado como testemunha do caso e “cujas esquisitas tatuagens” haviam sido descritas aos leitores no dia anterior. O lente da Academia de Medicina solicitara sua presença a fim de mostrar aos alunos, em suas palavras, um “exemplo vivo” das teorias do criminalista italiano²¹. O relato assemelha-se muito ao da *Gazeta*, mas acrescenta detalhes que o próprio periódico chama de “notas curiosas”. Por exemplo, o professor de medicina legal dizia que graças às pesquisas dos médicos da polícia, podia ele apresentar aos futuros clínicos um caso de que a “ciência médica neste país se ocupava pela primeira vez”. Aproveitava ainda a ocasião para emendar uma queixa, dizendo que no Brasil ainda não fora possível fazer um estudo como o de Lombroso sobre as tatuagens, devido talvez à falta de elementos com que lutavam os profissionais interessados na questão; faltavam tatuados, portanto.

Embora o ilustre doutor afirmasse que Souza e Silva “nenhuma culpabilidade tenha no misterioso crime da travessa da Relação, como ele confessa, a polícia, disse o ilustrado profissional, deve considerá-lo sempre para o futuro como suspeito”. Não interessavam as declarações do homem que era exposto à revelia para uma sala repleta de estudantes e jornalistas; não bastavam as próprias investigações não terem comprovado nenhuma culpa até o momento e não interessava, sobretudo, se ele era, como alegava, inocente. Manuel de Souza e Silva carregava os estigmas do criminoso nato e deveria ser sempre considerado suspeito.

Após ter reclamado da falta de tatuados para estudo como quem reclama da falta de camundongos em um laboratório, a continuação da preleção de Souza Lima torna-se cada vez mais caricata. O orador perguntava à atenta plateia como se explicava que um “indivíduo sem conhecimentos científicos mandasse fazer em seu corpo, pagando ainda a quem lhe fez essa operação, todas as tatuagens atribuídas aos indivíduos dotados do instinto do crime?”. O fenômeno merecia “sérios estudos”, da mesma forma que a morte da vítima, “pois é difícil de

²¹ “Assassinato”, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 de julho de 1895, p. 1.

explicar como é que um homem, tendo como diz o auto de autópsia, o coração atravessado desde o ápice à base, pode caminhar com vida desde a travessa da Relação até o edifício da polícia.”²². Para o médico, chamado de *Sua Excelência* pelo periódico, a ciência em que se agarrava tinha por desvendar alguns mistérios. Ao passo que afirmava a imperiosidade do saber científico, o lente acabava por falsear seu próprio discurso revelando o espanto que os dados lhe causavam. Os comentários reforçam a aura de enigma que o caso carregava e as dúvidas que pairam na fala de Souza Lima beiram a fantasia: um criminoso tão nato que reproduzira *todas* as tatuagens elencadas por Lombroso, quase num plágio que trazia impresso no próprio corpo, e um morto-vivo que, durante a madrugada, caminhara pela Rua da Relação com uma faca cravada no peito, estrebuchando, de maneira simbólica, em frente à Repartição Central de Polícia e deixando um dramático rastro de sangue pela via.

Souza Lima terminava suas observações enfatizando o quanto “lucraria a ciência” se anexa à Repartição Médica da Polícia estivesse uma das cadeiras de medicina legal. Defendia, portanto, que polícia e ciência deveriam caminhar juntas não apenas para desvendar crimes, mas também para preveni-los, já que era possível identificar numa piscada de olhos os suspeitos potenciais. O desvelo com que é tratado pelo Dr. Carijó demonstra que, na contraparte, a polícia concordava com as proposições do lente de medicina.

Manuel, depois de exposto perante uma plateia ávida por identificar os indícios que “provavam” ser ele um criminoso nato e ser praticamente acusado de plágio dos desenhos de Lombroso, foi desnudado e confrontado com as imagens de *L’Uomo Delinquente*. Como se isto não bastasse, foi ainda inquirido sobre as origens das tatuagens, ao que respondeu que a primeira tatuagem – o crucifixo no braço – fora feita por um americano na Casa de Correção, “quando ali estive para ser deportado para Fernando de Noronha”. As outras teriam sido realizadas “no princípio da revolta de 6 de setembro, quando era praça de um batalhão da guarda nacional”²³.

No dia 25 de julho, o mesmo *Diário de Notícias* dizia que, como o prometido, satisfaria a curiosidade dos leitores acerca do autor do misterioso assassinato da Rua da Relação. Elogiava a atuação do Dr. Carijó e de seu escrivão e afirmava que “está provado que o assassino de João Ferreira da Silva é Manuel de Souza e Silva, o indivíduo tatuado de que nos

²² “Assassinato”, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 de julho de 1895, p. 1.

²³ “Assassinato”, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 de julho de 1895, p. 1.

temos ocupado e que se acha preso.”²⁴ De acordo com a publicação, a insinuação de dois dias antes se tornava, portanto, incriminação inquestionável. Os leitores que acompanhavam as notícias não devem ter se surpreendido muito.

Curioso notar que um dos depoimentos afirmava que o acusado emprestara a *Gazeta da Tarde* de uma vizinha. Se de fato Manuel lera a *Gazeta da Tarde* do domingo, dia 21 de julho de 1895, teria encontrado uma nota, não mais discreta que as da *Gazeta de Notícias* e as do *Diário*. Ela mencionava que um indivíduo de cor parda, gritando que o socorressem, caíra, banhado em sangue, próximo à Repartição policial, morrendo logo em seguida. O relato diferia quanto às declarações do primeiro suspeito do crime, Luiz Nogueira, que teria afirmado que o ferimento em sua cabeça advinha de “algumas pancadas que recebera na saída da *Maison Desiré*” e que o ato de tomar o pulso da vítima, já então cadáver, se tratava de uma “obra humanitária”²⁵. Sobre a vítima, o jornal afirmava: “O corpo do desgraçado homem apresenta tatuagens, pelas quais é provável que seja reconhecido, visto dizerem, ter sido ele corneta da brigada policial, há três meses reformado.”²⁶ Esse detalhe não aparece nas reportagens de nenhum dos outros jornais analisados. Como Souza e Silva ainda não havia sido preso, descarta-se a hipótese de confusão dos redatores acerca das características da vítima e do suspeito do crime. Fica o questionamento do porquê desse detalhe ser omitido pelos outros jornais, ao passo que a mesma característica era utilizada para condenar o suposto criminoso. É plausível que, empenhada como estava a imprensa em explorar cada um dos lances do caso e em atestar a sabedoria dos médicos, tal revelação fosse indesejável.

Em sua última nota sobre o caso que causara sensação, a *Gazeta de Notícias* afirma que o Dr. Carijó tinha chegado à conclusão de que Manuel Souza e Silva era o assassino de João Ferreira da Silva. Acrescentava que Nenê já havia cumprido pena “por crime de morte” e reforçava que o suposto criminoso era o indivíduo com o corpo repleto de tatuagens. Segundo testemunhas, o móvel do crime teriam sido os ciúmes por causa de uma mulher²⁷.

²⁴ “Assassinato”, *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 25 de julho de 1895, p. 1.

²⁵ Cf. “Assassinato”, *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 21 de julho de 1895, p. 1. De acordo com o *Diário de Notícias*, Nogueira teria dito que fora preso enquanto, “movido pela curiosidade”, tirava o pulso da vítima. Apresentava uma testemunha que confirmava suas alegações. Nenhuma outra informação sobre o suspeito foi divulgada, levando a crer que foi liberado após o depoimento. Cf. “Assassinato”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro 25 de julho de 1895, p. 1.

²⁶ “Assassinato”, *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, 21 de julho de 1895, p. 1.

²⁷ “Assassinato”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 25 de julho de 1895, p. 1.

Na senda de Nenê

Nenê figurava nas notícias policiais da *Gazeta de Notícias* desde o ano de 1890, pelo menos. A análise dessas ocorrências é interessante uma vez que, por meio das colunas, seguimos suas estratégias quando se via às voltas com a polícia. Além disso, Machado era colaborador e leitor do jornal à época, logo, provavelmente topara com Souza e Silva algumas vezes. A primeira aparição por mim identificada ocorreu quando ele fora levado à polícia por “desrespeitar uma família”. O jornal dizia:

Nenê (não vão agora supor que se trata de alguma criança) é cocheiro da companhia Carris Urbanos, e nas horas vagas dá muito honradamente a sua rasteira, e faz sair qualquer freguês no passo do urubu malandro.

Nenê é o nome de guerra do cujo, porque o seu verdadeiro nome é Manuel de Souza e Silva, sendo que Manuel de Souza é exatamente o que ele não é.

Anteontem desrespeitou o tal Nenê uma família, na rua do Riachuelo, próximo à estação da citada companhia, e, como já é conhecido freguês do xadrez, foi enviado para a polícia, afim de ter o conveniente destino.

Que a polícia trate de desmamar esse Nenê, é o que desejamos para o bem de todos²⁸.

Para além do humor intencional dessa nota, é interessante ressaltar, a título de comparação, a maneira como o acontecimento é registrado pela *Gazeta*, expondo e julgando de antemão o cocheiro, o que denota o modo característico com que o periódico lidava com as notícias policiais envolvendo cidadãos pobres e anônimos, um dos temas da crônica que abordava as tatuagens de Nenê.

Em 4 de janeiro de 1891, o periódico noticia que Carlos Antônio Palma, também cocheiro, falecera de hemorragia em consequência de um ferimento que lhe fizera Manuel de Souza e Silva²⁹; no dia seguinte, o suspeito é preso³⁰. Em maio de 1892, Nenê foi julgado e condenado a dois anos de “prisão celular, grau mínimo do art. 295, § 2º combinado com art. 38 § 2º do código penal”³¹.

²⁸ “Nenê”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1890, p. 1. Grifos no original

²⁹ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 1891, p. 2. O cadáver da suposta vítima de Nenê é, curiosamente, autopsiado pelo Dr. Moraes Brito, o mesmo médico que faria o relatório de suas tatuagens quatro anos depois.

³⁰ “Em virtude das providências tomadas pelo Sr. General de brigada, chefe de polícia, foi ontem preso Manuel de Souza e Silva, vulgo *Nenê*, autor do ferimento de que veio a falecer Carlos Antônio Palma”. *Gazeta de Notícias*, 05 de janeiro de 1891, p. 1.

³¹ Jury – 4ª Sessão Ordinária”, in: “Parte Jurídica”, *Gazeta de Notícias*, 31 de maio de 1892, p. 2. O artigo 295 previa: “Para que se repute mortal, no sentido legal, uma lesão corporal, é indispensável que seja causa eficiente da morte por sua natureza e sede, ou por ter sido praticada sobre pessoa cuja constituição ou estado mórbido anterior concorram para torna-la irremediavelmente mortal.” O § 2º acrescentava “Se resultar, não porque o mal fosse mortal, e sim por ter o ofendido deixado de observar regime médico-higiênico reclamado por seu estado.”

A julgar pelas informações dadas pelo *Diário de Notícias*, teria sido nesse ínterim que Souza e Silva fizera a primeira de sua série de tatuagens³². Para a polícia e os médicos, os supostos antecedentes reforçavam a tese de que Nenê era um “criminoso nato”, muito embora a informação tivesse vindo à baila muito depois que polícia, médicos e imprensa já o tivessem condenado.

Lances finais

O tribunal contrariaria as expectativas dos acreditavam na culpabilidade do acusado. Pelo suposto assassinato de João Ferreira da Silva, Nenê foi a julgamento em novembro de 1896. Na curta nota que divulgou o veredito final, publicada pela *Gazeta de Notícias*, não há nenhuma menção às tatuagens ou a Lombroso, nem sombra do alarde que o caso causara pouco mais de um ano antes. O acusado foi defendido por Evaristo de Moraes e absolvido por unanimidade de votos³³.

Ainda na última década do XIX, Manuel Souza e Silva figuraria entre as notícias policiais do periódico por, ao menos, mais uma vez. Em 1897, foi ferido em um botequim da Rua do Senhor dos Passos; o ofensor se evadiu. Curiosa e ironicamente, a mesma coluna dava conta de que o delegado da 19ª circunscrição urbana lavrara auto de flagrante contra Agostinho de Moura Carijó, por ter ferido, a golpes de navalha, o guarda municipal Adolpho Alves Tinoco. O periódico não esclarece o grau de parentesco de Agostinho e o intrépido Dr.

O artigo 38, § 2º, tratava das circunstâncias atenuantes de um crime: “c) quando o crime não for revestido de circunstância indicativa de maior perversidade; d) quando o criminoso não estiver em condições de compreender toda a gravidade e perigo da situação a que se expõe, nem a extensão e consequências de sua responsabilidade”. BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro. Ressalta-se que era prática comum na *Gazeta de Notícias* a citação apenas dos números de artigos da lei e não o seu conteúdo. Talvez os leitores estivessem habituados a isso também.

³² Na parte de sua obra dedicada à Casa de Detenção, João do Rio afirma que: “O fato curioso é que para esta gente, de outro lado da sociedade, não basta pensar, é preciso trazer a marca das próprias opiniões no lombo. Raríssimos são os presos que na Detenção não são tatuados; raros são aqueles que entre as tatuagens – lagartos, corações, sereias, estrelas – não têm no corpo a coroa imperial”. RIO, João do (Paulo Barreto). “As quatro ideias capitais dos presos”, in: _____. *A Alma Encantadora das Ruas*. Organização: Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1908], p. 223.

³³ “Sob a presidência do Sr. Dr. Montenegro, foi aberta a sessão com 40 Srs. jurados./ Compareceu a julgamento Manuel de Souza e Silva acusado do seguinte fato:/ Na madrugada de 20 de julho de 1895, na rua da Relação, Manuel de Souza e Silva, vulgo Nenê, de uma facada em João Pereira da Silva, resultando um ferimento que por sua natureza e sede foi causa eficiente da morte do ofendido./Foi defendido pelo Sr. Evaristo de Moraes e absolvido por unanimidade de votos.” Cf. “Jury – 11ª Sessão Ordinária”, in: “Parte Jurídica”, *Gazeta de Notícias*, 20 de novembro de 1896, p. 2. Note-se que o sobrenome da vítima é confundido.

Carijó, mas, muito provavelmente, ele existia³⁴. É provável, portanto, que Machado tenha esbarrado com Nenê ainda algumas vezes.

De volta à crônica de 1895, no último parágrafo que o narrador de “A Semana” dedica ao caso envolvendo Souza e Silva, vem sua explicação do crime:

Se pode, e se foi ele que matou o outro, não será o “anjo do assassinato”, como Lamartine chamou a Carlota Corday, mas será, como eu lhe chamo, o Eros do assassinato. Na verdade, há alguma coisa que atenua este crime. Quem tanto ama, que é capaz de escrever em si mesmo alguns dos nomes das mulheres amadas... Sim, apenas quatro, mas é evidente que este homem deve ter amado dezenas delas, sem contar as ingratas. Convém notar que traz no corpo, entre as tatuagens públicas, um signo de Salomão. Ora Salomão, como se sabe, tinha trezentas esposas e setecentas concubinas; daí a devoção que Manuel de Sousa lhe dedica. E isso mesmo explicará a vocação do homicídio. Salomão, logo que subiu ao trono, mandou matar algumas pessoas para ensaiar a vontade. Assim as duas vocações andarão juntas, e se Manuel de Sousa descende do filho de Davi, coisa possível, tudo estará mais que explicado.³⁵

O Eros do assassinato, com os nomes e a lembrança das amantes marcadas na própria pele. Tudo se esclarecia e era atenuado pelo amor, distante, portanto, das explicações da criminologia, dos termos de autópsias, da ciência, enfim. Note-se que é provável que, ao tratar de Salomão, tanto Machado quanto boa parte dos leitores teriam em mente o episódio mais conhecido do personagem do Antigo Testamento: a ordem para que se dividisse ao meio a criança disputada por duas mulheres, cada qual alegando ser a mãe do pequeno. Destarte, o símbolo que Nenê carregava no corpo é atrelado à ideia de justiça, precisamente o que, como dá a entender o narrador, faltava ao caso. Tais detalhes estariam ocultos aos homens de ciência, ocupados em condenar o suposto criminoso. O semanista afirma que havia muito mais sentimento e, portanto, complexidade naquele homem do que os olhos dos médicos viam e muito mais do que carregava na pele. Ademais, como frisaria ainda o narrador na série, a linguagem científica diferia muito da literatura:

³⁴ “Pequenas Ocorrências”, *Gazeta de Notícias*, 09 de outubro de 1897, p. 2. Na década seguinte, Nenê seria preso mais uma vez; desta dita, por participar de uma greve de cocheiros. “A ‘Grève’ dos Cocheiros”, *Gazeta de Notícias*, 10 de janeiro de 1904, p. 2.

³⁵ ASSIS, Machado de. “A Semana - 28 de julho de 1895”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 de julho de 1895, p. 1. Anos mais tarde, João do Rio, ao tratar dos tatuadores do Rio de Janeiro, diz que: “o signo de Salomão, o mais comum e o menos compreendido porque nem um só dos que interroguei o soube explicar”. Acrescenta que: “Lombroso diz que a religião, a imitação, o ócio, a vontade, o espírito de corpo ou seita, as paixões nobres, as paixões eróticas e o atavismo são causas mantenedoras dessa usança. Há uma outra – a sugestão do ambiente. Hoje toda a classe baixa da cidade é tatuada”. RIO, João do. “Os Tatuadores”, in: _____. *A Alma Encantadora das Ruas. A Alma Encantadora das Ruas*. Organização: Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1908], p.66.

(...) Li o termo da autópsia; nunca deixo de ler esses documentos, não para aprender anatomia, mas para verificar ainda uma vez como a língua científica é diferente da literária. Nesta, a imaginação vai levando as palavras belas e brilhantes, faz imagens sobre imagens, adjetiva tudo, usa e abusa das reticências, se o autor gosta delas. Naquela, tudo é seco, exato e preciso. O hábito externo é externo, o interno é interno; cada fenômeno, como cada osso, é designado por um vocábulo. A cavidade torácica, a cavidade abdominal, a hipóstase cadavérica, a tetania, cada um desses lugares e fenômenos não pode receber duas apelações sob pena de não ser ciência. Daí certa monotonia, mas também que fixidez! As conclusões é que não podem ser tão rigorosas. No caso a que aludo, a morte foi produzida por “intensa hemorragia pulmonar”. Mas o que é que produziu a hemorragia? Essa é a parte deixada ao incognoscível. As crianças do meu tempo costumavam dizer por pilhéria que uma pessoa havia morrido “por falta de respiração”. Pilhéria embora, se a considerarmos bem, é uma conclusão científica; o mais é querer ir ao incognoscível, que é um muro eterno e escuro³⁶.

O interesse despertado pelo caso de Nenê residia em suas peculiaridades, mas, sobretudo, na representatividade do ocorrido no contexto em que o semanista escrevia. O que passava por seu escrutínio não eram apenas os acontecimentos relacionados à morte de Ferreira da Silva, porém antes o procedimento da polícia e a própria abordagem da imprensa à época. Como mencionado no início deste texto, a crônica estava na contramão do defendido pelos jornais e também pelas autoridades, como aconteceria em outros casos apresentados na série³⁷. Para além da ironia presente no escrito e da fantasiosa possibilidade de enviar seus apontamentos para Lombroso, há a crítica aos métodos adotados em relação aos indivíduos vistos de antemão como perigosos. A condenação antecipada, pautada em desenhos que, em última análise, de fato se baseavam nas ligações amorosas do suposto criminoso era ridícula. Em sua perspicácia, Machado deve ter achado aquilo tudo uma tremenda patacoada, digna de figurar em sua crônica semanal, pelo contrassenso presente nas atitudes de homens que se diziam muito gabaritados e prontos a guiar aquela que acreditavam ser a “massa ignara” de que Nenê fazia parte, mas eram inábeis em dar conta da complexidade que permeavam aquelas relações. Era o que o escritor expunha por meio de seu narrador.

O deslocamento de indivíduos como Nenê, às margens das peripécias dos doutores de medicina e da polícia, é frisado na crônica de 1895, mas também refletido no desajuste do narrador ao longo de toda a série. Expunha ainda a inabilidade dos médicos, policiais e jornalistas em dar conta de uma realidade diversa e ramificada, que não era compreendida e,

³⁶ ASSIS, Machado de. “A Semana - 28 de junho de 1896”, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 28 de junho de 1896, p. 1. Grifos meus.

³⁷ Ver, sobretudo, as crônicas de 25 de setembro de 1892 e 09 de fevereiro de 1896. Elas também são analisadas em: SOUZA, op. cit., cap. IV.

sobretudo, não se encaixava nos padrões por eles estabelecidos, tornando-se problema a ser combatido. Por meio de seus escritos literários, distantes ou mesmo opostos de modo radical à ciência que invadia relatórios policiais e colunas de jornais, Machado denunciava a arbitrariedade com que era tratada a população, arbitrariedade esta que não se detinha nem mesmo nos limites do absurdo.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Machado de. *A Semana: crônicas (1892-1893)*. Edição, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996, p.29.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DARMON, Pierre. *Médicos e Assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime*. Trad. Regina G. de Agostino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LOMBROSO, Cesare. *O Homem Delinquente*. Trad. Sebastião J. Roque. São Paulo: Ícone Editora, 2007.

PORTO, Ana Gomes. *Novelas sangrentas: literatura de crime no Brasil (1870-1920)*. Tese de Doutorado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 2009.

RIO, João do (Paulo Barreto). *A Alma Encantadora das Ruas*. Org. Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SOUZA, Ana Paula Cardozo de. *Machado de Assis e a República de "A Semana": literatura, imprensa e práticas populares (1892-1897)*. Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, [s.n.], Campinas, SP: 2015.

Recebido em 7 de março de 2016
Aprovado em 10 de agosto de 2016

